

e do n.º 5, do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedi à constituição de um Gabinete de Apoio à Vereação composto por dois secretários, com início de funções em 21 de outubro de 2017:

Hugo Alexandre Machado Gonçalves de Pessoa Quaresma, Secretário da Vereadora Prof.ª Elsa Carla Monteiro Pereira Ribeiro;

David Eduardo Fernandes Dias, Secretário do Vereador Dr. António Afonso Ribeiro Barroso.

7 de novembro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Eng. António Cardoso Barbosa*.

310913854

#### **Aviso n.º 14393/2017**

##### **Cessação de funções de Secretária da Presidência**

Para os devidos efeitos se faz público que, cessou funções a secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, Ana Maria Carneiro Ribeiro, com efeitos a partir de 20 de outubro de 2017.

7 de novembro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Eng. António Cardoso Barbosa*.

310911359

#### **Aviso n.º 14394/2017**

##### **Designação de Vice-Presidente**

Para os devidos efeitos se torna público, que por meu despacho e de acordo com a competência que me confere o n.º 3 do artigo 57.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e parcialmente revogada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designei como Vice-Presidente, a Vereadora Prof.ª Elsa Carla Monteiro Pereira Ribeiro, que me substituirá nas minhas faltas e impedimentos, com efeitos desde o dia 20 de outubro de 2017.

7 de novembro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Eng. António Cardoso Barbosa*.

310912363

#### **Aviso n.º 14395/2017**

##### **Nomeação de Vereadores a tempo inteiro**

Para os devidos efeitos se torna público que por meu despacho e seguimento de deliberação da Câmara Municipal de 20 de outubro de 2017 e nos termos do disposto nos números 2,3,4 do artigo 58.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e parcialmente revogada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeei como Vereadores a tempo inteiro a Prof.ª Elsa Carla Monteiro Pereira Ribeiro, Dr. Paulo Domingos Truta Fraga de Miranda Fernandes e Dr. António Afonso Ribeiro Barroso, com início de funções no dia 20 de outubro de 2017.

7 de novembro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Eng. António Cardoso Barbosa*.

310912314

#### **Aviso n.º 14396/2017**

##### **Designação de membros do Gabinete de Apoio à Presidência**

Para os devidos efeitos se torna público que por meu despacho de 20 de outubro de 2017 e nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1, do n.º 4 e do n.º 5, do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedi à constituição de um Gabinete de Apoio à Presidência composto por dois secretários, com início de funções em 21 de outubro de 2017:

Maria Rosa Pires Sousa;  
José Maria Ferreira Rodrigues.

7 de novembro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Eng. António Cardoso Barbosa*.

310911878

### **MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO**

#### **Aviso n.º 14397/2017**

##### **Aprovação da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila do Bispo**

Adelino Augusto da Rocha Soares, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo, faz público que foi aprovada a delimitação da Área

de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila do Bispo, por deliberação da Assembleia Municipal de Vila do Bispo, na sessão ordinária no dia 30 de junho de 2016, sob a proposta aprovada pela da Câmara Municipal de Vila do Bispo, na reunião ordinária realizada em 5 de fevereiro de 2016, em conformidade com o previsto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, a qual passa a ser designada como ARU de Vila do Bispo.

Mais se faz público, que a delimitação da ARU de Vila do Bispo, se encontra disponível para consulta na página oficial [www.cm-viladobispo.pt](http://www.cm-viladobispo.pt).

26 de outubro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Adelino Augusto da Rocha Soares*.

310921808

### **MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA**

#### **Aviso (extrato) n.º 14398/2017**

Para efeitos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público de que, foi provido, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, o trabalhador António Pedro Morgado do Vale, por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 26 de outubro de 2017, na categoria de Técnico de Informática, Grau 1, Nível 1 (carreira não revista), a que corresponde o nível remuneratório entre 13 e 14 da Tabela Remuneratória Única.

13 de novembro de 2017. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal, *José António da Silva Oliveira*.

310919468

### **MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR**

#### **Aviso n.º 14399/2017**

##### **Plano de Pormenor do Bairro das Barreiras**

António Alberto Pires de Aguiar Machado, Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, torna público, que sob proposta da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, a Assembleia Municipal de Vila Pouca de Aguiar, na sua sessão pública de 15 de setembro de 2017, deliberou aprovar o Plano de Pormenor do Bairro das Barreiras.

Nestes termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, manda publicar a deliberação da Assembleia Municipal na parte respeitante à aprovação do referido plano, bem como o respetivo regulamento, a planta de implantação e a planta de condicionantes.

13 de outubro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, *António Alberto Pires de Aguiar Machado*.

##### **Assembleia Municipal de Vila Pouca de Aguiar**

##### **Deliberação**

Álvaro Redondo Moreira de Sousa, Presidente da Assembleia Municipal de Vila Pouca de Aguiar, certifica que a Assembleia Municipal de Vila Pouca de Aguiar, na sua sessão ordinária realizada no dia 15 de setembro de 2017, deliberou por maioria, com vinte e dois votos a favor e doze abstenções, aprovar o Plano de Pormenor do Bairro das Barreiras.

Por ser verdade passo a presente certidão que assino e autêntico com o carimbo em uso nesta Assembleia Municipal.

21 de setembro de 2017. — O Presidente da Assembleia Municipal, *Álvaro Redondo Moreira de Sousa*.

##### **Regulamento do Plano de Pormenor do Bairro das Barreiras**

### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições gerais**

##### **Artigo 1.º**

##### **Âmbito territorial**

1 — O Plano de Pormenor do Bairro das Barreiras, que adiante se designa por Plano, incide sobre uma área delimitada na Planta de Or-

denamento do Plano Diretor Municipal de Vila Pouca de Aguiar, a qual foi integrada na denominada Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 04.

2 — As disposições do presente plano são aplicáveis à totalidade da área abrangida pelo Plano, de acordo com os limites expressos na Planta de Implantação.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito e regime

O presente plano, foi elaborado de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e estabelece as regras e orientações a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo e as intervenções nas estruturas edificadas, assim como todas as obras de construção civil, designadamente a execução do espaço público, novas edificações e ainda a utilização de edifícios ou de frações autónomas, bem como respetivas alterações ao uso, no âmbito do Plano.

#### Artigo 3.º

##### Objetivos e estratégia

1 — O Plano visa estabelecer para a área abrangida as regras para uma intervenção integrada de planeamento que tem os seguintes objetivos:

- a) Regular a área, corrigindo as intervenções descaracterizadoras, preservando as morfologias, os materiais e as composições que definem a linguagem arquitetónica característica do local;
- b) Requalificar toda a malha urbana da área de intervenção, definindo os espaços públicos de circulação viária e pedonal e dimensionar a oferta de estacionamento visando suprir carências existentes;
- c) Definir alinhamentos, implantações, distribuição volumétrica e localização dos equipamentos e zonas verdes;
- d) Revitalizar e valorizar a área envolvente aos equipamentos coletivos existentes;
- e) Renovação habitacional e urbana, salvaguardando a permanência dos agregados familiares na área do Plano de forma a evitar o seu desenraizamento;
- f) Promover a fixação de população jovem no Bairro, recorrendo aos instrumentos de financiamento para as intervenções de reabilitação urbana;
- g) Dinamização da Mata da Carvalhada e do Parque Florestal de Vila Pouca de Aguiar;
- h) Melhoria das acessibilidades do Bairro, tanto para peões como para veículos;
- i) Efetuar a distribuição de funções e definição de parâmetros de controlo urbanístico;
- j) Elaborar a estruturação das ações de perequação compensatória a desenvolver na área de intervenção;
- k) Definir o sistema de execução a utilizar.

2 — A estratégia inerente à concretização dos objetivos, definidos no número anterior, assenta nas seguintes linhas estratégicas:

- a) Recuperar e revitalizar a urbanidade do Bairro que se encontra descaracterizado e desordenado, dotando-o de maior qualidade urbanística e ambiental;
- b) Organizar o espaço no sentido de corrigir ou atenuar os desertos urbanísticos presentes na área do Plano os quais decorrem, em grande parte das características físicas do terreno nomeadamente o seu relevo acidentado e da falta de planeamento e projeto de parte das edificações;
- c) Regular as intervenções no edificado por forma a corrigir ou atenuar dissonâncias estéticas, de modo a que seja possível conservar e manter os edifícios existentes, apontando para a sua reabilitação quando necessário, e eliminar os elementos dissonantes e descaracterizadores das fachadas;
- d) Regular a edificação de anexos e edifícios de apoio a outras atividades complementares ao uso principal nomeadamente nos logradouros e espaços verdes;
- e) Criação de novos espaços verdes e de usufruição pública e requalificação dos existentes, privilegiando o espaço público enquanto elemento gerador de vida pública;
- f) Colmatação da malha urbana através de propostas de edificação de acordo com as tipologias dominantes no bairro, adequadas às condições topográficas e sem causarem uma sobrecarga infraestrutural que obrigue ao redimensionamento das redes existentes;
- g) Intervenções de melhoramento e recuperação no espaço público, ao nível de mobiliário urbano, da estrutura arbórea e do seu enquadramento paisagístico;

h) Melhoria das condições de mobilidade interna na área do Plano, através de uma solução urbanística que:

- i) Defina uma rede de arruamentos e percursos pedonais que se articulam entre si e com a envolvente imediata;
- ii) Proporcione melhores condições de circulação viária e pedonal que se tornem potenciadoras da qualidade de vida urbana e da economia local;
- iii) Dê particular atenção à comodidade, segurança e fluidez às deslocamentos internos na área do Plano, corrigindo ou atenuando os estrangulamentos nas zonas mais críticas;
- iv) Requalifique as vias de circulação viária/pedonal, retirando ao automóvel a primazia de circulação na área do Plano, passando-a para o modo pedonal;

i) Reorganização e aumento do estacionamento disponível no espaço público.

#### Artigo 4.º

##### Conteúdo documental

1 — O Plano é constituído pelas seguintes peças escritas e desenhadas:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Condicionantes, à escala 1:1.000;
- c) Planta de Implantação, à escala 1:1.000.
- d) Planta anexa à Planta de Implantação — Zonamento acústico à escala 1:1.000;
- e) Planta anexa à Planta de Implantação — Demolições à escala 1:1.000;

2 — O Plano é ainda acompanhado por:

- a) Relatório;
- b) Execução do Plano:
- i) Programa de execução;
- ii) Modelo Perequativo;
- iii) Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira;
- c) Planta de Localização, à escala 1: 5.000;
- d) Planta da situação existente, à escala 1: 1.000;
- e) Extrato da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, à escala 1: 1.000;
- f) Representação Gráfica das Intervenções propostas:
- i) Plantas das intervenções no espaço público, a várias escalas;
- ii) Planta geral das edificações, à escala 1:1.000;
- iii) Planta das operações de transformações fundiárias, à escala 1:1000;
- iv) Planta com áreas a adquirir para o domínio público, à escala 1:2.000;
- v) Planta de elementos a demolir, à escala 1:1.000;
- vi) Alçados e Volumetrias, à escala 1:200;
- vii) Fichas de Edificação Propostas, à escala 1:500.
- g) Planta Cadastral;
- h) Declaração comprovativa da inexistência compromissos urbanísticos;
- i) Planta de Zonamento, à escala 1:1000;
- j) Planta com o traçado das infraestruturas, à escala 1:1000;
- k) Deliberação da Câmara Municipal que dispensou, fundamentadamente, a avaliação ambiental;
- l) Mapa de ruído;
- m) Ficha de dados estatísticos — Modelo Direção-Geral do Território;
- n) Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação.

#### Artigo 5.º

##### Conceitos e definições

1 — Para efeitos de interpretação e de aplicação do presente plano são adotados os conceitos e definições constantes do regulamento do Plano Diretor Municipal de Vila Pouca de Aguiar, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 20 de setembro de 2012, através do Aviso n.º 12613/2012 e na ausência de definição nesse regulamento, as constantes do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio.

2 — São ainda aplicáveis os conceitos e definições constantes no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

3 — São também adotados os seguintes conceitos e definições:

- a) Intervenção de Grau I — Obras de alteração, ampliação e reconstrução que visam, mantendo a matriz arquitetónica dos edifícios,

conferir-lhes novas possibilidades de organização espacial interior em termos das suas divisórias, bem como uma nova caracterização exterior, ainda que mantendo o essencial da sua estrutura formal e da métrica das fachadas, podendo ser efetuado o seguinte:

- i) A abertura de novos vãos nas fachadas com o obrigatório reenquadramento no respetivo plano de fachada onde se insere;
- ii) Alteração do desenho das fachadas laterais e posteriores;
- iii) Demolição e substituição ou alteração da cobertura, devendo ser efetuado o devido enquadramento arquitetónico na fachada onde se insere;
- iv) Ampliação do número de pisos ou do polígono de implantação conforme indicado na Planta de Implantação;
- v) Ajustamento da altura da fachada de acordo com os elementos de Representação Gráfica das Intervenções — Alçados e Volumes;
- vi) Ajustamento do polígono de implantação do edifício a tardo da sua fachada principal até um máximo 2 metros de aumento de profundidade, devendo no entanto serem respeitados os afastamentos estabelecidos pelos edifícios contíguos, sem prejuízo do disposto na lei.

b) Intervenção de Grau II — As obras de demolição, reconstrução e construção, que visam a criação de novas construções, sendo para tal permitida:

- i) A demolição e reconstrução parcial dos edifícios existentes com alteração do desenho e composição de todas as fachadas, devendo ter em conta a integração física e formal dos novos elementos e volumetrias relativamente ao edifício pré-existente e aos confinantes;
- ii) A construção dos edifícios propostos na Planta de Implantação e de acordo com os detalhes constante dos elementos de Representação Gráfica das Intervenções — Plantas e Fichas de Edificação Propostas.

c) Projetos de interesse municipal — São todos os projetos que por iniciativa da Câmara Municipal, do Estado ou privada, tenham por objeto edifícios classificados como intervenções de Grau I e visem uma intervenção de adaptação do edifício a equipamentos de atividades culturais, recreativas, de solidariedade social, de ensino, da saúde, segurança e proteção civil e administrativos.

#### Artigo 6.º

##### Relação com outros Instrumentos de Gestão Territorial

O presente Plano está em conformidade com o Plano Diretor Municipal de Vila Pouca de Aguiar, publicado na 2.ª série, do *Diário da República* de 20 de setembro de 2012, pelo aviso n.º 12613/2012 e cumpre o estipulado para a elaboração de Planos de Pormenor pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

#### Artigo 7.º

##### Vínculo jurídico

1 — O Plano reveste a natureza de regulamento administrativo e vincula as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares.

2 — As operações urbanísticas devem processar-se nos termos da lei e do presente plano, sem prejuízo das atribuições e competências cometidas pela lei às demais entidades de direito público.

## CAPÍTULO II

### Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

#### Artigo 8.º

##### Âmbito e regime

1 — As servidões administrativas e restrições de utilidade pública existentes na área do Plano são as seguintes:

- a) Reserva Ecológica Nacional (REN);
- b) Rede Natura 2000 — Sítio Alvão/Marão PTCN0003
- c) Rede Viária;
- d) Rede Elétrica;
- e) Telecomunicações;
- f) Ruído;
- g) Espécies florestais protegidas: sobreiro, azinheira e azevinho.

2 — As servidões administrativas e restrições de utilidade pública enumeradas no número anterior estão assinaladas na Planta de Condicionantes.

3 — A ocupação, o uso e a transformação do solo nas áreas abrangidas pelas servidões administrativas e restrições de utilidade pública, supra referidas, obedecerão ao disposto na legislação aplicável mencionada no artigo seguinte do presente capítulo, cumulativamente com as disposições do Plano Diretor Municipal e do Plano que com ela sejam compatíveis.

#### Artigo 9.º

##### Regime jurídico das condicionantes

As servidões administrativas e restrições de utilidade pública existentes na área do Plano encontram-se adstritas aos seguintes regimes jurídicos:

a) Reserva Ecológica Nacional (REN) — Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro;

b) Rede Natura 2000 — Sítio Alvão/Marão PTCN0003 — RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho, que aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto, que aprova a lista nacional de sítios, que integram a Diretiva habitats, na qual se encontra o sítio Alvão/Marão ao qual foi atribuído o código PTCN0003;

c) Rede Viária — Nas estradas regionais e nos troços desclassificados de estradas nacionais é aplicável o disposto na Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, que estabelece o estatuto das estradas da rede rodoviária nacional, encontrando-se os restantes troços e arruamentos adstritos à Lei n.º 2110 de 19 de agosto de 1961, que se constitui como o Regulamento Geral das estradas e caminhos Municipais;

d) Rede Elétrica — Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases gerais da organização e funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN) bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição de eletricidade; Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico aplicável às atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade; Decreto-Lei n.º 43335 de 19 de novembro de 1960, que estabelece o regime aplicável à rede elétrica nacional, aplicável à constituição de servidões por força do artigo 75 do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto; Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, que determina a existência de corredores de proteção para linhas de alta tensão e Decreto Regulamentar n.º 1/92, 18 de fevereiro, que aprova o regulamento de segurança de linhas elétricas da alta tensão.

e) Telecomunicações — Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de novembro, que sujeita a servidões radioelétricas as zonas confinantes com os centros radioelétricos;

f) Ruído — Nas zonas de ruído, identificadas na Planta de Condicionantes, é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, com as alterações posteriormente aprovadas, nomeadamente a Retificação n.º 18/2007, de 14 de março e o Decreto-Lei n.º 278/2007 de 1 de agosto, que estabelece o Regulamento Geral do Ruído (RGR).

g) Espécies florestais protegidas: sobreiro, azinheira e azevinho — O Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de junho, estabelece o regime de proteção ao sobreiro e à azinheira. O Decreto-Lei n.º 423/89 de 4 de dezembro estabelece o regime de proteção ao azevinho espontâneo *Ilex aquifolium* L..

## CAPÍTULO III

### Conceção do espaço, do uso do solo e atividades

#### SECÇÃO I

##### Qualificação e Ocupação do Solo

#### Artigo 10.º

##### Qualificação do solo

1 — Para efeitos do disposto no presente regulamento, o território abrangido pelo Plano é constituído na íntegra por solos classificados como urbanos, os quais e segundo o Plano Diretor Municipal de Vila Pouca de Aguiar e de acordo com a sua Planta de Ordenamento, cujo extrato acompanha o Plano, se encontram qualificados e integram as subcategorias de espaço seguintes, nomeadamente:

a) Solos Urbanizados:

- i) Espaços residenciais de nível I;
- ii) Espaços residenciais de nível II;
- iii) Espaços de uso especial existentes.

- b) Solos Urbanizáveis;
- i) Espaços residenciais de expansão de nível I.
- c) Espaços Verdes;
- i) Espaços verdes e de utilização coletiva;
- ii) Espaços verdes de enquadramento;

2 — As áreas referidas na alínea c) do número anterior estão superlativamente integradas na Estrutura Ecológica Municipal — Estrutura Ecológica em Solo Urbano, conforme a representação no extrato da Planta de Ordenamento do PDM que acompanha o presente Plano.

#### Artigo 11.º

##### Ocupação do Solo

O território abrangido pelo Plano compreende, de acordo com a Planta de Implantação:

- a) Edificado;
- b) Logradouros;
- c) Espaços verdes;
- i) Espaços verdes de enquadramento urbano;
- ii) Espaços verdes e de utilização coletiva;
- d) Espaços de uso especial;
- e) Arruamentos.

#### Artigo 12.º

##### Identificação e hierarquia da rede viária

1 — A rede rodoviária na área do plano é constituída pela estrada regional 206 (ER 206), a estrada nacional desclassificada 212 (EN 212), caminhos municipais e rede viária urbana, identificadas na Planta de Implantação.

2 — As estradas que integram a rede rodoviária nacional, estrada regionais e estradas nacionais desclassificadas ainda não entregues ao município, estão sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal, S. A.

3 — Os caminhos municipais e a rede viária urbana estão sob jurisdição Municipal.

### SECÇÃO II

#### Usos e atividades

##### Artigo 13.º

##### Usos e atividades admitidos

1 — Tanto nos edifícios existentes como nos edifícios propostos, são admitidos os seguintes usos e atividades:

- a) Habitação;
- b) Turismo;
- c) Comércio;
- d) Serviços;
- e) Equipamentos e Lazer;
- f) Indústrias do tipo 3 e armazenagem
- g) Atividades complementares ao uso principal;

2 — Nos casos em que os usos e atividades referidos nas alíneas b) a f) do número anterior sejam instalados em edifícios com habitação, estes só poderão instalar-se no rés-do-chão e no piso imediatamente superior e desde que o acesso aos pisos de habitação, a partir do exterior do edifício, seja independente.

3 — No caso dos usos indicados na alínea f) só serão admitidos na subcategoria i) Espaços residenciais de nível I da categoria Solos Urbanizados, indicada no Extrato da Planta de ordenamento do PDM que acompanha este Plano;

#### Artigo 14.º

##### Incompatibilidade de usos e atividades

São razões suficientes de incompatibilidade com o uso habitacional, fundamentando a recusa de licença de realização de operação urbanística ou autorização de utilização que, previsivelmente, deem lugar a atividades que:

- a) Produzam ruídos, fumos, cheiros ou resíduos que claramente afetem as condições de salubridade ou dificultem a sua melhoria;
- b) Perturbem gravemente as condições de trânsito e estacionamento ou provoquem movimentos de cargas e descargas que prejudiquem as condições de utilização da via pública e o ambiente local;

- c) Acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão;
- d) Correspondam a outras situações de incompatibilidade previstas e reguladas em distintas disposições legais ou regulamentares, que as considerem como tal;
- e) A compatibilidade de localização ou uso se baseia na preexistência de riscos naturais ou tecnológicos daquele território, prevenindo-se assim sujeitar pessoas e bens a riscos conhecidos.

### SECÇÃO III

#### Espaço público

##### Artigo 15.º

##### Espaços verdes e de utilização coletiva

1 — Os espaços verdes e de utilização coletiva identificados na Planta de Implantação correspondem a espaços com uma utilização e usufruição coletiva, integrando na sua maioria o domínio público, e são destinados a atividades de recreio, lazer, cultura, realização de espetáculos e atividades de venda devidamente autorizados pela Câmara Municipal no âmbito da legislação aplicável.

2 — Nestes espaços admitem-se obras inerentes à sua criação, manutenção, construções necessárias como apoio ao seu uso e vivificação, como instalações sanitárias, pequenos quiosques, bar, esplanadas e coretos, podendo ainda ser complementadas com instalações aligeiradas de apoio — desportivas, de recreio e lazer — e onde é condicionada a circulação automóvel.

3 — São permitidas obras de alteração e de construção, incluindo intervenções na rede de infraestruturas, encontrando-se estas condicionadas ao cumprimento dos requisitos indicados no artigo 32.º do presente regulamento, sem prejuízo do disposto na lei.

4 — As novas construções a implantar nestes espaços deverão respeitar uma altura de fachada máxima de 5 metros acima da cota de soleira e, no seu conjunto, um índice de ocupação do solo de 0,10 e um índice de impermeabilização do solo de 20 % da área total da parcela.

5 — Na área do Parque Florestal de Vila Pouca de Aguiar as intervenções a realizar devem respeitar o estabelecido no Protocolo de cedência do Parque Florestal de Vila Pouca de Aguiar e imóveis nele integrados, celebrado entre a autarquia e autoridade nacional para as florestas, que se encontre em vigor.

##### Artigo 16.º

##### Arruamentos

1 — Os arruamentos integram as áreas de solo do domínio público destinadas à circulação de pessoas e ou veículos motorizados e não motorizados, compreendendo as faixas de rodagem destinadas à circulação de veículos, as áreas de circulação pedonal, estacionamento marginal às faixas de rodagem, os passeios, os separadores centrais e laterais e outros espaços que, direta ou indiretamente beneficiem a circulação.

2 — São admitidas as seguintes tipologias de utilização e funcionamento de arruamentos aos quais se aplicam as regras enunciadas:

a) Arruamento segregado — Os diferentes modos de transporte deverão circular em espaços separados, sendo essa separação garantida com um desnivelamento adequado entre as respetivas plataformas de circulação, podendo ser colocados elementos físicos adicionais de separação entre modos;

b) Arruamento partilhado — Os diferentes modos de transporte circulam num espaço com uma única plataforma ao mesmo nível, devendo ser garantida a clara identificação das faixas onde é possível a circulação automóvel, podendo essa identificação ser garantida com recurso a diferentes materiais e cores de pavimentos, elementos de separação ou à sua utilização combinada;

c) Arruamento pedonal — É uma zona restringida ao modo pedonal devido à sua incapacidade de suporte de outros modos como, o modo automóvel ou o ciclável.

3 — Nas intervenções a realizar nos arruamentos e para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, é assinalada na planta de implantação a tipologia de utilização e funcionamento específica a utilizar em cada caso concreto, podendo no entanto a Câmara Municipal recorrer a outra tipologia de utilização e funcionamento das indicadas no número anterior em qualquer arruamento da área do Plano.

4 — Qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, na Rede Rodoviária Nacional, estradas regionais e lanços desclassificados sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal, S. A., deve ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito, designadamente da Infraestruturas de Portugal, S. A., enquanto concessionária geral da Rede Rodoviária Nacional.

## Artigo 17.º

**Estacionamento público**

1 — Os espaços destinados a estacionamento público organizam-se nos arruamentos, ao longo das faixas de rodagem ou em bolsas (parques de estacionamento).

2 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a configuração, localização e a extensão dos espaços destinados a estacionamento público constantes da Planta de Implantação são indicativas, podendo ser ajustadas em função dos futuros projetos de intervenção urbana que venham a ser desenvolvidos para os respetivos locais.

3 — No caso do estacionamento público previsto nas Fichas de Edificação Propostas, a execução das respetivas operações urbanísticas deverá garantir o número de lugares de estacionamento público que aí está indicado, podendo no entanto a sua localização ser ajustada em função do respetivo projeto de execução.

## SECÇÃO IV

**Logradouros**

## Artigo 18.º

**Logradouros**

1 — As áreas assinaladas como logradouros na Planta de Implantação correspondem aos espaços não edificados dos prédios, podendo ser arborizadas, ajardinadas ou ocupadas com culturas hortícolas, admitindo-se a construção de anexos, de acordo com o disposto no artigo 27.º do presente regulamento.

2 — É admitida a pavimentação parcial dos logradouros desde que o índice de impermeabilização do solo, incluindo anexos, não ultrapasse os 36 % da área total do prédio onde estão inseridos.

3 — Em qualquer intervenção em edifício existente, devem ser prioritariamente libertados os espaços ocupados por capoeiras, arrumos, anexos perecíveis e de má qualidade, extensões dissonantes do espaço habitacional ou aqueles que não cumpram o disposto no número anterior estando em situação ilegal.

4 — A utilização dos logradouros para estacionamento automóvel é permitida desde que as obras necessárias para garantir os acessos sejam compatíveis com os arruamentos que servem o prédio e sejam garantidos os limites de impermeabilização do solo previstos no n.º 2 do presente artigo.

## SECÇÃO V

**Espaços Verdes de Enquadramento Urbano**

## Artigo 19.º

**Espaços Verdes de Enquadramento Urbano**

1 — As áreas assinaladas como espaço verdes de enquadramento na Planta de Implantação, correspondem a parcelas sem aptidão para a edificação por razões essencialmente topográficas ou paisagísticas, que se constituem como áreas privadas ou pertencentes ao domínio público, integrando os solos abrangidos pela estrutura ecológica em solo urbano conforme indicado no extrato da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, e cujo regime se encontra definido no artigo 24.º do regulamento do Plano Diretor Municipal.

2 — Sem prejuízo da legislação geral aplicável nem do uso atual os espaços verdes de enquadramento ficam sujeitos às seguintes disposições:

- a) É interdito o loteamento urbano;
- b) Admite-se a ampliação das edificações preexistentes até 0,5 vezes da área de construção do edifício existente e até ao máximo global de 250 m².
- c) É condicionada a parecer da Câmara Municipal, a destruição do solo vivo e do coberto vegetal e o derrube de árvores.

3 — Excetuam-se da alínea c) do número anterior deste artigo as obras ou ações inerentes a:

- a) À manutenção do seu aproveitamento agrícola e florestal atual;
- b) Infraestruturas públicas, nomeadamente redes de água, saneamento, eletricidade, telefone, gás e rodovias;
- c) Projetos de valorização ambiental ou paisagística, a submeter a prévia aprovação da Câmara Municipal;
- d) Adaptação a espaços verdes e de utilização coletiva incluindo a implantação de edificações necessárias ao seu uso e vivificação, como instalações sanitárias, pequenos quiosques, bar, esplanadas e coretos,

podendo ainda ser complementadas com instalações aligeiradas de apoio, desportivas, de recreio e lazer, devendo ser condicionada a circulação automóvel.

e) As novas construções a implantar no âmbito da adaptação a espaços verdes e de utilização coletiva deverão respeitar uma altura de fachada máxima de 5 metros acima da cota de soleira e, no seu conjunto, um índice de ocupação do solo de 0,10 e um índice de impermeabilização do solo de 20 % da área total da parcela.

4 — Nas áreas incluídas na Estrutura Ecológica Municipal aplica-se superlativamente o regime previsto no regulamento do PDM de Vila Pouca de Aguiar para a Estrutura Ecológica em Solo Urbano.

5 — Na área do Parque Florestal de Vila pouca de Aguiar as intervenções a realizar devem respeitar o estabelecido no Protocolo de cedência do Parque Florestal de Vila Pouca de Aguiar e imóveis nele integrados, celebrado entre a autarquia e autoridade nacional para as florestas, que se encontre em vigor.

## SECÇÃO VI

**Espaços de Uso Especial**

## Artigo 20.º

**Espaços de uso especial**

1 — Os espaços de uso especial destinam-se a garantir o enquadramento urbano e paisagístico dos edifícios religiosos existentes na área do Plano, bem como a realização de atividades de manifestação religiosa tradicionalmente aí realizadas.

2 — Qual quer intervenção a realizar nestes espaços deverão ser alvo de projeto específico que garanta a correta integração urbana e paisagística do espaço, nomeadamente quanto a materiais, mobiliário urbano e infraestruturas urbanas, e a continuidade da realização das atividades de manifestação religiosa tradicionalmente aí realizadas.

3 — A circulação e o estacionamento automóvel devem ser restringidos por forma a salvaguardar-se as atividades referidas no n.º 1 do presente artigo.

## CAPÍTULO IV

**Condições relativas à edificação e obras de demolição**

## Artigo 21.º

**Condições gerais de edificabilidade**

1 — Os processos de obra serão instruídos e seguirão os termos legal e regularmente estabelecidos, devendo ainda ser acompanhados de todos os elementos correspondentes e necessários à respetiva tramitação instrutória.

2 — No licenciamento ou admissão de comunicação prévia de edificação em parcelas constituídas ou destaques, serão asseguradas pelos particulares as adequadas condições de acessibilidade de veículos e de peões.

3 — A Câmara Municipal poderá deliberar sobre as áreas a integrar no espaço público necessárias à retificação de arruamentos, para além das já indicadas na Planta de Implantação, tanto para a melhoria da faixa de rodagem como de passeios nas situações permitidas por lei.

4 — A qualquer edificação será sempre exigida a realização de infraestruturas próprias devendo ficar preparadas para ligação às redes públicas instaladas na zona.

5 — Relativamente a todas as matérias não previstas no presente regulamento, são aplicadas supletivamente as disposições constantes no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), assim como pelo regulamento do Plano Diretor Municipal e pelo Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).

## Artigo 22.º

**Intervenções nos edifícios existentes**

1 — Os edifícios existentes deverão ser intervencionados de acordo com o grau de intervenção identificado na Planta de Implantação e com o estipulado no n.º 3 do artigo 5.º do presente regulamento, sendo permitida a realização de obras de conservação em todos eles.

2 — As obras de ampliação devem respeitar a implantação indicada na Planta de Implantação, e não ultrapassar as alturas máximas de fachada constantes dos elementos de Representação Gráfica das Intervenções — Alçados e Volumes, sem prejuízo dos acertos a tardoz previstos no n.º 3 do artigo 5.º do presente regulamento.

3 — Nos casos em que está prevista a ampliação de implantação ou de volumetria constantes da Planta de Implantação, os limites aí indicados devem ser entendidos como máximos, pelo que podem ser aceites soluções de ampliação inferiores a esses limites.

4 — A realização de obras de ampliação nos edifícios existentes, implica a obrigatória correção das dissonâncias arquitetónicas e a realização das outras intervenções assinaladas nos elementos de Representação Gráfica das Intervenções — Alçados e Volumes, que acompanham o Plano.

5 — A instalação dos usos de comércio, serviços e armazenagem, em edifícios com uso habitacional, só poderá ser efetuada no piso térreo e no piso imediatamente superior, devendo ser garantido um acesso independente aos pisos de habitação.

#### Artigo 23.º

##### Edifícios propostos

1 — Os edifícios propostos correspondem aos edifícios assinalados na Planta de Implantação como sendo sujeitos a intervenção de Grau II, devendo as obras de construção serem realizadas de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º 3 do artigo 5.º do presente regulamento e os detalhes constantes dos elementos de Representação Gráfica das Intervenções que acompanham o Plano, nomeadamente as Fichas de Edificação Propostas.

2 — O polígono de implantação assinalado na Planta de Implantação e nas Fichas de Edificação Propostas correspondem à máxima implantação que poderá atingir, podendo o projeto de execução determinar uma implantação menor sem prejuízo do respeito pelos alinhamentos dominantes da frente urbana respetiva.

3 — As alturas máximas de fachada constantes dos elementos de Representação Gráfica das Intervenções — Alçados e Volumes e Fichas de Edificação Propostas, devem ser entendidos como limites máximos, pelo que podem ser aceites soluções com alturas de fachada inferiores a esses limites.

4 — Nos casos dos edifícios assinalados como a demolir nos elementos de Representação Gráfica das Intervenções, são admitidas obras de conservação até que seja decidida a sua demolição.

5 — As novas edificações a realizar na área do Plano e que não se verifiquem em lotes ou parcelas já constituídas, resultantes de operações prévias ao presente Plano, serão garantidas, de acordo com as suas características e tipologia, através de novas operações de transformação fundiária e de reestruturação da propriedade, as quais devem seguir as disposições presentes no capítulo seguinte do presente regulamento e segundo o disposto no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Vila Pouca de Aguiar (RMUE).

#### Artigo 24.º

##### Estacionamento privado

1 — O cálculo do número de lugares privados de estacionamento no caso de serem instalados outros usos para além do habitacional ou de ampliação das áreas afetas a outros usos, deve atender ao definido no regulamento do Plano Diretor Municipal, nomeadamente ao disposto no seu artigo 20.º

2 — É dispensada a criação de lugares de estacionamento privado previstos no regulamento do Plano Diretor Municipal, por razões de:

- a) Dimensões insuficientes do lote ou parcela;
- b) Incapacidade dos acessos na execução das manobras respetivas;
- c) Alteração não desejável da composição arquitetónica das fachadas ou dos alinhamentos dos edifícios confrontantes com o arruamento em que a intervenção se situa.

#### Artigo 25.º

##### Caves

1 — Não são admitidas novas caves em edifícios existentes, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Poderá ser permitida a construção de caves na sequência de obras de reconstrução, ficando no entanto condicionada à existência de condições adequadas para a sua execução, nomeadamente de configuração e dimensão da parcela, assim como das características físicas e topográficas do terreno onde se implanta o edifício.

3 — A construção de caves nos edifícios propostos será efetuada de acordo com o previsto nas Fichas de Edificação Propostas.

#### Artigo 26.º

##### Andares recuados

Em obras de ampliação ou de construção de novos edifícios não são admitidos andares recuados.

#### Artigo 27.º

##### Anexos

1 — São considerados anexos existentes os que se encontram assinalados na Planta de Implantação, podendo ser ampliados até uma ocupação de 20 % da área do logradouro, desde que o índice de impermeabilização do solo não ultrapasse os 36 % da área total do prédio onde estão inseridos.

2 — Aos anexos existentes não é permitida a ampliação do número de pisos.

3 — É admitida a construção de novos anexos desde que cumpram o seguinte:

- a) A área total de implantação de anexos não pode exceder os 20 % da área do logradouro;
- b) O índice de impermeabilização do solo não ultrapasse os 36 % da área total do prédio onde estão inseridos;
- c) Só poderão ter um piso com uma altura da fachada máxima de 2,5 m;
- d) Deverão possuir cobertura inclinada, sendo admitido coberturas com uma ou mais águas;
- e) Desenvolver-se preferencialmente na zona posterior do terreno, fora da área de influência das edificações vizinhas, garantindo um afastamento de 3,0 metros relativamente ao alinhamento dos planos das fachadas vizinhas mais próxima.

4 — Não é admitido o uso habitacional em anexos.

## CAPÍTULO V

### Operações de transformação fundiária

#### SECÇÃO I

##### Operações previstas

#### Artigo 28.º

##### Emparcelamento

Admite-se a transformação de dois ou mais prédios num único prédio desde que, quando correspondam a edifícios existentes, seja salvaguardado o ritmo da composição das fachadas preexistentes, seja salvaguardado grau de intervenção previsto na Planta de Implantação, e as alturas de fachada constantes da peça desenhada Alçado e Volumetrias que acompanha o Plano, de modo a manter as características tipo-morfológicas da frente urbana respetiva.

#### Artigo 29.º

##### Loteamento Urbano

Não está prevista nenhuma operação de loteamento urbano na área do Plano.

#### Artigo 30.º

##### Destaque de parcelas

1 — Nas situações assinaladas na Planta de Implantação em que o Plano prevê a implantação de um novo edifício numa parcela onde já exista uma construção legalmente erigida, poderá proceder-se ao fracionamento fundiário através de operação de destaque nos termos legalmente previstos, sendo criada uma nova parcela com dimensões e a capacidade construtiva constante da respetiva Ficha de Edificação Proposta.

2 — Sem prejuízo do disposto na secção seguinte, admite-se o destaque de uma única parcela de um prédio com descrição predial desde que as duas parcelas resultantes desta operação, a destacada e a remanescente, confrontem com arruamentos públicos, não sendo permitido efetuar na área correspondente ao prédio originário, novo destaque nos termos supra citados, por um prazo de 10 anos contados da data do destaque anterior.

3 — O pedido de emissão de certidão de destaque de parcela deve ser acompanhado dos elementos descritos no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).

4 — A certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque, a emitir pelo município, constitui documento bastante para efeitos de registo predial da parcela destacada.

## SECÇÃO II

## Registo das operações de transformação fundiária

## Artigo 31.º

## Efeitos registais do Plano

O presente plano não tem efeitos registais devido ao grau de liberdade que confere para as novas edificações e para os novos espaços de domínio público.

## CAPÍTULO VI

## Elementos construtivos, acabamentos e revestimentos exteriores

## Artigo 32.º

## Intervenções em espaço público

Nas intervenções a realizar em espaço público a escolha dos elementos construtivos, mobiliário urbano, postes de iluminação e demais elementos a integrar na intervenção, deverá assegurar que se enquadram no estilo arquitetónico, materiais e cores presentes no restante espaço público, condicionadas à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

a) A correta integração urbanística com a envolvente, nomeadamente quanto ao tipo de material de construção, cores, mobiliário urbano, postes de iluminação, sinalética de informação e outros elementos decorativos;

b) A correta funcionalidade do espaço de acordo com as necessidades geradas pelas atividades previstas realizar nesses espaços;

c) Sem prejuízo do disposto na lei, nas intervenções em infraestruturas aéreas os respetivos operadores deverão assegurar a correta inserção urbana e paisagística, devendo submeter previamente à Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar um projeto de intervenção do qual constem peças escritas e desenhadas que explicitem sobre o traçado e localização de todos elementos técnicos constituintes da infraestrutura, a sua integração na paisagem urbana, o desenvolvimento e/ou conexão nas fachadas dos edifícios.

d) A introdução de novas espécies arbustivas e arbóreas, a ocorrer, deve recorrer a espécies autóctones ou adequadas às condições edafoclimáticas da região, e no caso das espécies arbóreas ser garantida a criação de caldeiras com dimensão adequada ao desenvolvimento da respetiva espécie de acordo com o estipulado no Regulamento Municipal de Espaços Verdes do Concelho de Vila Pouca de Aguiar.

## Artigo 33.º

## Intervenções nos edifícios existentes

1 — A escolha dos elementos construtivos, acabamentos e revestimentos nas obras a realizar nos edifícios existentes devem-se compatibilizar com o estilo arquitetónico dominante no bairro das Barreiras.

2 — As obras de ampliação de edifícios existentes devem obedecer às seguintes regras:

a) Coberturas — Deverão ser em telha de cor vermelha, aplicadas sobre estrutura resistente ou o material isolante. Os beirados deverão ser os tradicionais, simples, duplos ou triplos.

b) Acabamentos e revestimentos — Os materiais a utilizar para o revestimento de fachadas são o reboco de argamassa de cimento ou de cal, os elementos cerâmicos tradicionais ou pétreos de granito da região, sendo que as empenas também podem ser revestidas com chapas metálicas pintadas ou lacadas.

c) Cantarias, soleiras e peitoris — As cantarias não poderão ser pintadas e no caso de se proceder a alguma substituição esta deverá ser realizada segundo os pormenores atuais, não sendo de autorizar a placa-gem como substituição. As cantarias, soleiras e peitoris deverão utilizar pedra maciça da região.

d) Caixilharias, estores e portadas — As caixilharias contarão sempre com aro, não devendo ser utilizados estores ou portadas exteriores.

e) Painéis solares — A instalação de painéis solares tem que ser realizada por forma a estar enquadrada na solução arquitetónica do edifício.

f) Aparelhos de ar condicionado ou climatização — É interdita a colocação de aparelhos de ar condicionado ou climatização nas fachadas visíveis do espaço público, salvo se propuserem soluções claramente ajustadas tanto técnica como arquitetonicamente

g) Cor das fachadas — A escolha da cor das fachadas não deve recair em tons destoantes do conjunto dos edifícios da frente urbana onde o edifício se insere.

h) Marquises — Não são admitidas marquises visíveis a partir das vias públicas adjacentes.

3 — A colocação nas fachadas de fios, tubos de queda, caleiras e outros elementos técnicos devem ser corretamente integrados na solução arquitetónica dos respetivos edifícios, sendo de excluir soluções que se demonstrem claramente como dissonantes.

## Artigo 34.º

## Intervenções nos edifícios propostos

Nos edifícios propostos são admitidos novos materiais, texturas, cores e tipologia de cobertura, desde que respeitem e se integrem no contexto urbano envolvente, sendo de excluir soluções que apresentem acabamentos reluzentes ou refletos.

## CAPÍTULO VII

## Disposições especiais

## Artigo 35.º

## Ruído

1 — O zonamento acústico, decorrente do Mapa de Ruído elaborado para o concelho, encontra-se definido na Planta de Implantação — Zonamento Acústico e identifica as Zonas Mistas, não existindo Zonas Sensíveis na área do Plano.

2 — Do cruzamento das zonas mistas com os mapas de ruído do município resultam as zonas de conflito, identificadas na mesma planta.

3 — As zonas definidas aplica-se o estabelecido na legislação específica em vigor, nomeadamente o Regulamento Geral do Ruído anexo ao Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua atual redação, ou o diploma legal que o venha a substituir, cumulativamente com as ações que venham a ser preconizadas no Plano Municipal de Redução de Ruído.

## Artigo 36.º

## Acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida

1 — As intervenções que tenham como objeto obras de construção ou alteração de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos ou habitacionais devem assegurar condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, nos termos da lei em vigor, com as exceções aí previstas.

2 — Nas situações em que não seja exigível o cumprimento das normas técnicas de acessibilidades, as intervenções não podem originar ou agravar a desconformidade com estas normas.

## Artigo 37.º

## Segurança contra incêndios e riscos sísmicos

1 — As operações urbanísticas que incidam sobre edifícios existentes ou novos edifícios devem cumprir o disposto nos diplomas legais que estabelecem as medidas cautelares de segurança contra riscos de incêndio, designadamente o Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJSCIE).

2 — As operações urbanísticas que ocorram em edifícios existentes ou novos edifícios devem cumprir o disposto nos diplomas legais que regulam a construção anti sísmica.

## Artigo 38.º

## Trabalhos arqueológicos, achados e obras

1 — O aparecimento de quaisquer vestígios arqueológicos durante a realização de quaisquer obras na área abrangida pelo Plano obrigará à imediata suspensão das mesmas e à sua comunicação à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, nos termos da legislação nacional aplicável ao património cultural.

2 — Os trabalhos só poderão prosseguir após parecer das autoridades com competência na matéria.

## CAPÍTULO VIII

## Execução do plano e perequação

## Artigo 39.º

## Execução

1 — Competirá ao Município de Vila Pouca de Aguiar assumir a dinamização da execução do Plano, diretamente, ou através de associações e parcerias com a administração central, proprietários e promotores, desenvolvendo programa(s) municipais em processos continuados de regeneração urbana e, mais especificamente, de reabilitação ou de habitação, ao longo do tempo e atendendo ao Programa de Execução das ações previstas que acompanha o Plano.

2 — Atendendo à situação de consolidação urbana da área do Plano, este será executado fora do sistema de execução, sendo realizada por meio de operações urbanísticas, tal como definidas no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

3 — As intervenções propostas pelo Plano cuja responsabilidade de execução é do Município de Vila Pouca de Aguiar, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2014, de 14 de maio, devem ser inscritas no plano de atividade e no orçamento Municipal, atendendo ao previsto no Programa de Execução e Plano de Financiamento que o acompanham.

## Artigo 40.º

## Mecanismo de Perequação

1 — O processo de transformação urbanística na área de intervenção do Plano ocorrerá através da edificação reportada a cada propriedade, em virtude de este se enquadrar e ter por objeto um espaço urbano que corresponde a uma zona urbana consolidada, sendo assim executado fora de sistema de execução, pelo que não é definida qualquer unidade de execução.

2 — O mecanismo perequativo previsto, no presente regulamento é um mecanismo indireto através da utilização das taxas urbanísticas previstas em Regulamento Municipal e visa a justa repartição dos benefícios e encargos, dando cumprimento aos objetivos expressos na legislação em vigor sobre a matéria.

3 — De acordo com o disposto no artigo anterior, o mecanismo perequativo aplicável à área de intervenção do Plano deve traduzir-se numa diferenciação das taxas unitárias, por metro quadrado (m²) de área total de construção, em função do grau de intervenção admitido — designadamente, a taxa será maior quanto menor for o nível de restrição aplicado pelo Plano.

4 — A diferenciação das taxas unitárias, referidas no número anterior, deverá ser fixada em Regulamento Municipal.

5 — Ficam excluídos do âmbito de aplicação do mecanismo perequativo os prédios relativamente aos quais se verifique a existência de direitos construtivos preexistentes e juridicamente consolidados.

## CAPÍTULO IX

## Disposições finais

## Artigo 41.º

## Alterações à legislação

Quando a legislação em vigor mencionada no presente regulamento for alterada, as remissões expressas que para ela se fazem, consideram-se automaticamente transferidas para a nova legislação, ou deixarão de ter efeito caso se trate de revogação.

## Artigo 42.º

## Alteração ou revisão

1 — O Plano poderá ser alterado ou revisto por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar em conformidade com o disposto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

2 — No caso de ocorrer uma modificação nas definições e nas subcategorias de espaço previstas no Plano Diretor Municipal de Vila Pouca de Aguiar deverá ser avaliada a necessidade de alterar o Plano por forma a garantir a correta compatibilização e articulação entre estes dois Planos Municipais de Ordenamento do Território, em conformidade com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

## Artigo 43.º

## Entrada em vigor

O Plano entra em vigor a partir do dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

## Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

41461 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta\\_de\\_condicionantes\\_41461\\_1.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_condicionantes_41461_1.jpg)

41475 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta\\_de\\_implantacao\\_41475\\_2.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_implantacao_41475_2.jpg)

41478 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta\\_de\\_implantacao\\_41478\\_3.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_implantacao_41478_3.jpg)

41479 — [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta\\_de\\_implantacao\\_41479\\_4.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_implantacao_41479_4.jpg)  
610921784

## FREGUESIA DE BELÉM

## Aviso n.º 14400/2017

## Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 7 técnicos superiores, 6 assistentes técnicos e 1 assistente operacional.

1 — Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 abril, notificam-se os candidatos propostos para exclusão do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 9464/2017, publicado no *Diário da República* n.º 158, 2.ª série, de 17 de agosto, com vista ao preenchimento de catorze postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Freguesia de Belém (7 técnicos superiores, 6 assistentes técnicos e 1 assistente operacional), para exercício de funções na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para, querendo, se pronunciarem sobre a intenção de exclusão, em sede de audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação no *Diário da República* do presente Aviso. Para o efeito, deverá ser utilizado o formulário tipo de participação de interessados disponibilizado na página eletrónica da Freguesia de Belém, em [www.jf-belem.pt](http://www.jf-belem.pt), <http://www.jf-belem.pt/Junta de Freguesia// Procedimentos concursais>.

A lista dos candidatos propostos para exclusão e respetivos fundamentos encontra-se afixada para consulta, nas instalações da Freguesia de Belém, sita no Largo dos Jerónimos, n.º 3 R/C, em Lisboa e disponível na respetiva página eletrónica, em [www.jf-belem.pt](http://www.jf-belem.pt), <http://www.jf-belem.pt/Junta de Freguesia// Procedimentos concursais>.

2 — Igualmente se informa que a lista dos candidatos a admitir se encontra também afixada para consulta nas instalações da Freguesia de Belém, sita no Largo dos Jerónimos, n.º 3 R/C, em Lisboa e disponível na respetiva página eletrónica, em [www.jf-belem.pt](http://www.jf-belem.pt), <http://www.jf-belem.pt/Junta de Freguesia// Procedimentos concursais>.

14 de novembro de 2017. — A Presidente do Júri, *Ana Domingos*.  
310922391

## Aviso n.º 14401/2017

## Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 6 técnicos superiores, 5 assistentes técnicos e 1 assistente operacional.

1 — Nos termos do disposto no artigos 34.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 abril, notificam-se os candidatos da publicação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 16253/2016, publicado no *Diário da República* n.º 250, 2.ª série, de 30 de dezembro, com vista ao preenchimento de doze postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Freguesia de Belém (6 técnicos superiores, 5 assistentes técnicos e 1 assistente operacional), para exercício de funções na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para, querendo, se pronunciarem, em sede de audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação no *Diário da República* do presente Aviso. Para o efeito, deverá ser utilizado o formulário tipo de participação de interessados disponibilizado na página eletrónica da Freguesia de Belém, em [www.jf-belem.pt](http://www.jf-belem.pt), <http://www.jf-belem.pt/Junta de Freguesia// Procedimentos concursais>.

A lista unitária de ordenação final encontra-se afixada para consulta, nas instalações da Freguesia de Belém, sita no Largo dos Jerónimos, n.º 3 R/C, em Lisboa e disponível na respetiva página eletrónica, em [www.jf-belem.pt](http://www.jf-belem.pt), <http://www.jf-belem.pt/Junta de Freguesia// Procedimentos concursais>.

14 de novembro de 2017. — A Presidente do Júri, *Ana Domingos*.  
310922812